

# Ensino superior e desenvolvimento regional: o exemplo da Universidade Estadual da Paraíba

*Luciano Albino*

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba  
(PPGDR/UEPB)

Recebido: 26/06/2017 Versão revisada (entregue): 04/09/2017 Aprovado: 30/01/2018

## Resumo

Este artigo tem o objetivo de analisar a função social da universidade como indutora de desenvolvimento. No estado da Paraíba, as ações acadêmicas e o corpo orçamentário e financeiro de sua Universidade Estadual dinamizam a economia própria de seu universo de atuação. Para tal estudo, do ponto de vista metodológico, foi realizada uma investigação bibliográfica do material disponível em sua Biblioteca Central a respeito do que havia sido publicado sobre a história da UEPB. A partir do material construído sobre a universidade, com 50 anos completados em 2016, tornou-se possível identificar motivações e projetos que propiciaram a concretização de uma instituição de ensino superior no interior da Paraíba. Em termos contemporâneos, buscou-se atualizar sua história segundo dados condizentes com o tamanho da instituição, a partir do que há disponível na Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. Como resultado, conclui-se que a UEPB se estabelece em três grandes orientações: formação de professores, estudos sobre o semiárido e tecnologias aplicadas à saúde. Possui vocação para formar pobres, filhos de trabalhadores e trabalhadoras do campo e de pequenos municípios do interior do Nordeste e com forte participação na economia do estado da Paraíba.

**Palavras-chave** | Desenvolvimento regional; ensino superior; Paraíba; UEPB; universidade.

**Código JEL** | I29; O18; R11.

## HIGHER EDUCATION AND REGIONAL DEVELOPMENT: THE EXAMPLE OF THE UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

### Abstract

This article aims to analyze the social function of the university as a development inducer. Within the state of Paraíba, the academic actions and the budgetary and financial body of its State University dynamize the economy of its universe of action. For this study, from a methodological point of view, a bibliographical investigation of all available material was carried out in its Central Library, in response to what had been published about the history of the UEPB. From the material built on the university, with fifty years completed in 2016, it became possible to identify motivations and projects that were built for the realization of a higher

education institution in the interior of Paraíba. In contemporary terms, it was sought to update its history according to data more consistent with the size of the institution, based on what is available in the Pro-Rectorate of Planning and Budget, facing the challenges that are now posed. As a result, it is concluded that UEPB is established in three main orientations: teacher training, semi-arid studies and health technologies. It has the vocation to form the poor, the children of workers and workers of the countryside and of small municipalities in the interior of the Northeast and with a strong participation in the economy on the state of Paraíba.

**Keywords** | Higher education; Paraíba; regional development; UEPB; university.

**JEL-Code** | I29; O18; R11.

## ENSEÑANZA SUPERIOR Y DESARROLLO REGIONAL: EL EJEMPLO DE LA UNIVERSIDAD ESTADUAL DA PARAÍBA

### Resumen

Este artículo tiene el objetivo de analizar la función social de la universidad como inductora de desarrollo. En el estado de Paraíba, las acciones académicas y el cuerpo presupuestario y financiero de su Universidad Estatal dinamizan la economía propia de su universo de actuación. Para tal estudio, desde el punto de vista metodológico, se realizó una investigación bibliográfica del material disponible en su Biblioteca Central acerca de lo que se había publicado sobre la historia de la UEPB. A partir del material construido sobre la universidad, con 50 años completados en 2016, se hizo posible identificar motivaciones y proyectos que propiciaron la concreción de una institución de enseñanza superior en el interior de Paraíba. En términos contemporáneos, se buscó actualizar su historia según datos concordantes con el tamaño de la institución, a partir de lo que hay disponible en la Pro-Rectoría de Planificación y Presupuesto. Como resultado, se concluye que la UEPB se establece en tres grandes orientaciones: formación de profesores, estudios sobre el semiárido y tecnologías aplicadas a la salud. La universidad tiene vocación para formar pobres, hijos de trabajadores y trabajadoras del campo y de pequeños municipios del interior del Nordeste y con fuerte participación en la economía del estado de Paraíba.

**Palabras-clave** | Desarrollo regional; enseñanza superior; Paraíba; UEPB; Universidad.

**Código JEL** | I29; O18; R11.

### Introdução

No ano de 2016, com um orçamento executado de 307 milhões de reais, a partir de recursos do tesouro estadual, a universidade prestou uma série de serviços à comunidade paraibana. Ajudou na formação 21 mil alunos, distribuídos em 110 cursos localizados em oito cidades do estado. Investiu 3,3 milhões de reais em assistência estudantil, atendendo a 10.678 alunos. Na pós-graduação, manteve – em parceria com a CAPES e CNPq – 157 grupos de pesquisa, 409 projetos de iniciação científica e 721 bolsas de mestrado e doutorado. Na Extensão, realizou 84.317 atendimentos com 2.107 alunos e 1.045 professores envolvidos em 34

programas, além disso, atendeu a 33 mil paraibanos nas clínicas vinculadas à instituição. Investiu na formação do seu quadro de profissionais, com 60% de professores doutores e 51% de técnicos administrativos com pós-graduação. Na área de ensino a distância também atua de forma significativa, o que lhe permitiu chegar mais longe. Mesmo com o percentual do orçamento diminuindo nas receitas ordinárias do estado, consegue manter, a duras penas, ações na Paraíba.

Para se ter uma ideia, outras universidades estaduais que têm mesmo tamanho, ou aproximado, possuem orçamento na casa dos R\$ 500 milhões; e no campo das Universidades Federais, os orçamentos alcançam o patamar dos R\$ 600 milhões, com menor número de alunos. Em outras palavras, somos uma universidade barata para o tamanho que temos e em relação aos serviços que prestamos.

A tarefa de pensar sobre uma instituição como a Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, no momento dos seus cinquenta e um anos, requer certos cuidados na definição de focos referenciais de análise. Isto corresponde à sistematização do caminho, a partir do qual a abordagem reflexiva do universo em questão será abstraída.

Neste caso, antes de se deter a eventos e personagens históricos importantes, será tomada outra direção. Aquela que tenta identificar processos e trajetórias coletivos que resultaram em escolhas e rumos. Para tanto, este percurso investigativo parte da seleção e do estudo de três configurações sociais que, de modo dinâmico e interativo, construíram um amálgama do que veio a se tornar a UEPB.

O primeiro diz respeito ao processo de fundação, cujo elemento central a ser destacado é o pioneirismo, a vanguarda típica do contexto histórico de Campina Grande nas décadas de 1950 e 1960. A fundação ocorre sob forte mudança de conjuntura que afeta não só a cidade, mas todo o país, com o golpe militar de 1964, o qual redefiniu estratégias de desenvolvimento econômico com fortes impactos nas relações sociais e na esfera política. Nesse sentido, o projeto de ensino superior com bases regionais sofreu um abalo importante, com obstáculos construídos, principalmente no tocante à manutenção da proposta inicial. Esse fator leva à formação de uma pauta de luta, cujo teor se definiu por reivindicar a estadualização. Tal processo aponta para um novo momento – o segundo a ser destacado – não só para a garantia de bases objetivas, em termos orçamentários, mas, também, à consolidação de um projeto de institucionalização acadêmica nos moldes em vigor no país. A partir de então, a Universidade Estadual da Paraíba transmuta-se. Muda seu status de uma instituição “caseira” para outro, de pretensões de fato universitárias no tocante ao reconhecimento do Ministério da Educação. O terceiro e último ponto a ser observado nesta análise refere-se ao processo de autonomia financeira. Mais uma vez, a universidade experimentou profunda mudança institucional, quando pôde, pela primeira vez na sua história, dispor de recursos financeiros, devidamente respaldados por lei, para encaminhar um arrojado processo de expansão.

Nos três momentos sob vigília, pretende-se dar ênfase, por um lado, ao caráter de vanguarda, luta política e sensibilidade quanto aos problemas de ordem educacional, enquanto que, por outro, ao que pode ser classificado como de desenvolvimento regional, tendo em vista o contexto de dinâmicas sociais decorrentes da instalação e funcionamento de uma universidade pública.

A elaboração deste texto só foi possível devido à consulta de material bibliográfico produzido sobre a história da universidade, desde sua fundação até o momento presente. Desta maneira, a principal fonte de pesquisa foram os textos publicados sobre a UEPB, disponíveis na Biblioteca Central da instituição. Todos os trabalhos serão devidamente citados no momento oportuno, à medida que suas influências forem aparecendo no texto.

A escolha para se analisar processos e não a história de indivíduos se definiu a partir do entendimento de que muito foi escrito sobre a importância legítima de pioneiros e desbravadores. O que se pretende refletir, neste momento, diz respeito a configurações sociais, cujo teor político e, portanto, coletivo, favoreceu à tomada de rumos e à definição de trajetórias. Neste sentido, mais do que a soma de consciências individuais, a instituição possui, como bem percebeu Durkheim, uma dinâmica particular que extrapola e vai além de escolhas individuais. Em outras palavras, o todo se apresenta mais forte e duradouro que as partes.

Esta perspectiva sugere a reflexão sobre o que se pode chamar de Universidade Estadual da Paraíba, nos seus processos históricos e idiosincrasias, cujos desdobramentos foram chave para sua formação. Que elementos, portanto, lhe são peculiares enquanto instituição?

Em resumo, este texto se propõe a um estudo sobre a *instituição social*, especialmente no que ela tem de exterior e objetivo em relação ao indivíduo. Por mais que cada um seja importante ou mesmo herói em determinado contexto, sua história é tão somente parte de um processo que continua a existir mesmo com a saída de tais seres “imprescindíveis”. Tal orientação não elimina, oportunamente, o destaque para certas iniciativas individuais, cujo teor será tão somente percebido como sintomático de certo contexto histórico da Universidade.

A UEPB, como todas as instituições, nasce sem prazo de validade; aos indivíduos é que isto está posto. Cabe, neste sentido, aos que estão imersos no presente institucional, entender seus processos históricos e movimentos políticos para participar de tal dinâmica coletiva/política à definição de novas escolhas. Em resumo, a instituição requer um semear de atitudes particulares para colheitas coletivas (DURKHEIM, 1995).

## Nascer universitário ou um “quebrar da barra” tropeiro

No discurso de criação da Fundação Universidade Estadual da Paraíba, em 30 de abril de 1966, o prefeito de Campina Grande, Williams Arruda, apresentou as condições históricas e as motivações sociais pelas quais se fazia necessário criar uma universidade. Inicialmente, destacou a importância do saber científico e tecnológico no âmbito das relações sociais após as revoluções industriais, cuja necessidade de maior rentabilidade produtiva requeria, em escala crescente, a capacidade de criar quadros técnicos habilitados à indústria moderna. Nestes termos, lembrou as transformações por que passaram as universidades do mundo, tendo os Estados Unidos como indutor do novo formato acadêmico orientado para as atividades produtivas, o qual, em oposição ao modelo tradicional, imprimiu à Europa e ao mundo a redefinição da prática universitária.

A linha de orientação de Williams Arruda pautou-se em associar ensino superior e desenvolvimento. Para ele, até o momento – década de 1960 – o Brasil tinha pouca tradição na área, levando-se em consideração o formato moderno. Assim, não se tratava de copiar mais um modelo americano, mas de assumir que a sociedade industrial e burguesa estava em curso e que o saber científico e tecnológico, tipicamente realizados em Universidades, seria a escolha acertada para oferecer ao país as condições estratégicas de convivência com o mundo.

Em 1966, a SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) –, fundada em 1959, já havia publicado vários estudos sobre o Nordeste, um dos quais atestando que no triênio 1963-1965 a região havia crescido mais que o Brasil, no total, atingindo o desempenho econômico do centro-sul. Tal crescimento decorreu, sobremaneira, a partir da criação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco e do Banco do Nordeste, também orientados pela SUDENE. Os investimentos redefiniram a dinâmica produtiva e impulsionaram economicamente a região, além de atrair e produzir conhecimentos científicos e tecnológicos que inovaram, socialmente falando, uma série de relações.

Ainda segundo Williams Arruda, na década de 1940, o Nordeste só tinha universidades nos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará. Na década de 1950, foram criadas na Paraíba, Alagoas, Maranhão, Sergipe e Rio Grande do Norte. No entanto, tais estruturas eram consideradas frágeis, uma vez que não existia um sistema de pós-graduação, com precárias formas de contratação de professores – tempo parcial de trabalho –, além de baixa remuneração, que equivalia, na época, a 115 dólares por mês. Com a SUDENE e diante do novo impulso econômico por que passava o Nordeste, o prefeito de Campina Grande sinalizou à criação da FURNE – Fundação Universidade Regional do Nordeste –, como uma resposta para a revitalização do ensino superior.

Em sua visão, investir na Universidade significava aplicar recursos que dão frutos caros em quatro anos. Nesta linha de raciocínio, depois de Recife, Salvador e Fortaleza, a cidade no Nordeste que apresentava as melhores condições econômicas da região era Campina Grande, pelo impulso que teve no setor industrial, principalmente. Mesmo no interior, a cidade era bastante competitiva, colocando-se, à época, como a sétima cidade em arrecadação pública no país (com exceção das capitais). Em 1965, Campina Grande, em termos de projetos industriais junto à SUDENE, só ficou atrás de Recife, Salvador e Fortaleza. Em relação à arrecadação de impostos na Paraíba, a relação era de 3 em Campina Grande contra 1 em todo o estado.

Na cidade já funcionavam as Escolas Superiores de Engenharia e Ciências Econômicas, que faziam parte da Universidade Federal da Paraíba. Porém, áreas como Direito, Administração, Filosofia, Odontologia, Química e outras ainda não haviam sido contempladas pelo poder público, o que inspirou a criação da Universidade Regional do Nordeste. Tal universidade, integrada a um projeto de desenvolvimento regional, teve na Universidade Nacional de Brasília (UnB) o modelo para sua criação, identificada como pioneira nacional em termos dos inovados processos acadêmicos modernos. Nascida esta, com o impulso da construção da nova capital do país, a partir do destacado empenho de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira.

## **O cerco ditador**

Em certo sentido, a UEPB, já no nascedouro, apresentou seu traço idiossincrático: ousadia para construção de uma identidade regional de ensino superior, mesmo que em paralelo à dinâmica da federalização que passou a predominar como formato institucional para tal nível de ensino. Não se combinou ao que estava como corrente, mas enveredou por seguir outra orientação, algo particular do contexto político da época (anos de 1950 e 1960). Houve uma ação combinada, com forte grau de ousadia, para fundar o que seria algo próprio de Campina Grande, como o ocorrido com a CELB – Companhia de Eletricidade da Borborema, a SANESA – Saneamento de Campina Grande e a TELINGRA – Telefônica de Campina Grande. Tal contexto permitiu à cidade consolidar-se como polo de desenvolvimento no interior do Nordeste. Nessa configuração política efervescente, a URNe foi um dos pontos de apoio naquele cenário de ebulição social, que percebeu no ensino superior as bases estratégicas para o projeto de desenvolvimento regional em curso.

A trajetória marcada pela iniciativa local de investir em tal nível de educação, aliado à oferta de cursos na área de licenciatura plena e de saúde, com fortes vínculos e ações no ensino e na extensão, caracterizou a aproximação da URNe com a comunidade. Em outras palavras, estar mais perto e não se limitar aos

muros acadêmicos passou a ser uma marca da instituição, pelo menos em comparação a outros centros. Como ponto de diferenciação, o projeto que se inicia possui vocação comunicativa e de ação com a sociedade.

Ocorre que as definições políticas para a educação no Brasil foram direcionadas para a especialização de tarefas, tendo em vista que os Municípios passaram a atuar no ensino fundamental e na educação infantil. Aos Estados e ao Distrito Federal foi direcionado o ensino médio; e, à União, as escolas técnicas e as universidades. Em outras palavras, para a educação pública, o nível superior foi, de certo modo, excluído dos interesses e responsabilidades de estados e municípios. Tal movimento histórico inviabilizou experiências acadêmicas localizadas fora do sistema nacional devido à falta de recursos e de interesse político para as mesmas.

A dinâmica descrita afetou diretamente a URNe, assim como outras instituições estaduais país afora. Significa dizer que, da fundação em diante, passou por grandes dificuldades financeiras, o que prejudicou significativamente sua operacionalização, uma vez que dependia do pagamento de taxas pelos alunos para a sobrevivência orçamentária. Crises permanentes apontaram para mobilizações de várias ordens, com destaque para as representações classistas de docentes e discentes. Em outras palavras, a instituição assume o caráter de resistência em nome do ensino superior público no âmbito estadual a induzir enfrentamentos e provocações políticas sobre a educação superior em bases regionais. Pode-se afirmar, assim, que a Universidade Regional do Nordeste tem no nascedouro mais do que cursos e salas de aulas. Nasce consigo o ambiente político propício para o questionamento e a reivindicação por melhores condições universitárias. Em resumo, a instituição tem no DNA a vocação para a luta, não à conformação ou apatia.

De modo detido, a pauta de reivindicações esteve definida pelo cenário político paraibano, tendo em vista que o entendimento seria para que o estado da Paraíba assumisse a instituição como “sua”, de fato e de direito. O caminho, nestes termos, foi o da luta pela estadualização, já que para o governo federal o ensino superior no estado estava sendo atendido pela UFPB – Universidade Federal da Paraíba.

Significa afirmar que a criação da URNe caminhou para um momento político desfavorável e seu horizonte era de fracasso, tendo em vista problemas de ordem conjuntural, como a orientação política que privilegiou as universidades federais a partir da Ditadura Militar, cuja prática autoritária desmobilizou lideranças e projetos destoantes de sua conhecida escolha política e econômica a demarcar ainda mais as desigualdades regionais. O importante a se destacar, em termos de contexto, é o cenário político e econômico no qual Campina Grande e o Nordeste se inseriam. Com o golpe militar, constata-se uma mudança de rumo em termos de prioridades políticas e investimentos econômicos.

Nas décadas de 1950 e primeira metade de 1960 conflitos sociais, como de costume, desempenharam o papel de catalisadores de profundas mudanças. As Ligas Camponesas, por exemplo, induziram articulações políticas de questionamento. Inicialmente, sobre as condições de trabalho no campo, mas que avançaram para a crítica da estrutura fundiária e oligárquica do Nordeste. Tal embate produziu “frio na espinha” de muitos “coronéis políticos” da época. Sem dúvida, a ação do governo central para destinar recursos ao Nordeste e a própria criação da SUDENE pode ser entendida como a resposta reformista do Estado brasileiro às reivindicações e ações dos trabalhadores rurais. Com a Ditadura, constatou-se todo um investimento para silenciar aquelas insurgências e seus líderes, a exemplo de Elizabeth Teixeira. Em outras palavras, o golpe foi um “chamar a ordem” articulado pelas elites conservadoras, cujo teor ideológico e econômico esteve em sintonia com o programa do governo Kennedy para o Brasil, intitulado *Aliança para o Progresso*, o qual viabilizou a nova fase desenvolvimentista orquestrada pelos militares, resultando, principalmente, na concentração da produção industrial em São Paulo. Além desse cenário nacional, em se tratando do estado da Paraíba, percebe-se o desenrolar de uma nova ordem interna, também estimulada pelos militares, que foi o fortalecimento de João Pessoa, capital do Estado, como polo de desenvolvimento. Em outras palavras, Campina Grande perdeu, paulatinamente, o dinamismo econômico, ao passo que em João Pessoa se iniciou um franco processo de expansão, em larga medida motivado por investimentos federais.

Pelo que já foi exposto até o momento, torna-se possível entender e afirmar que o projeto de criação da URNe nasce em Campina Grande e que seu horizonte, logo de início, mostra-se desfavorável e de difícil caminhada. Mesmo assim, assume, de forma crescente, uma importância regional, uma resistência teimosa, para formar alunos das mais diversas cidades do interior do Nordeste, cuja inserção se estendeu para além dos limites de Campina Grande e da Paraíba. Em resumo, desde sua origem, estiveram presentes três aspectos fundamentais: mobilização político-pedagógica; resistência e enfrentamentos, cenários e conjunturas desfavoráveis e, finalmente, vocação como polo regional de formação de ensino superior e de desenvolvimento.

### **Estadualização e reconhecimento acadêmico em refeitos ares democráticos**

Teimar a caminhada em veredas de sombras e intranquilidades alinha o suor dos resistentes. De modo sintético, tal expressão diz muito sobre a UEPB; pode-se mesmo afirmar que é uma máxima ou perfil institucional.

O contexto histórico que passou a ser cada vez mais sombrio e incerto, logo após o processo de fundação, não diminuiu nos anos seguintes. A dificuldade para garantir o funcionamento e pagar salários chegou a tal ponto que quase levou o



projeto à insolvência. A única saída para as constantes crises era a estadualização, algo debatido por toda a comunidade acadêmica já no início dos anos de 1980.

A nova luta demarcou o segundo ato dessa história de contornos épicos, com enredos trágicos e desfechos de catarses heroicas. O desafio da estadualização não foi apenas a busca da garantia de recursos financeiros para a universidade. Tal processo significava a mudança de nível, o próximo passo qualitativo e quantitativo necessário para que a URNe se tornasse, de fato e de direito, uma Universidade (Estadual da Paraíba), com tudo o que isto significa: pública, gratuita, de qualidade e com inserção social, reconhecida e consolidada perante o Ministério da Educação.

Neste caso, a empreitada consistiu na mobilização das forças políticas, especialmente sindicatos de professores e técnicos, representações estudantis, comunidade universitária, além da classe política. Assim, nos anos de 1980, o projeto UEPB se consolidou como pauta política no estado da Paraíba, com a estadualização efetivada em 1987. Vários argumentos eram contrários, com destaque para o de que a Paraíba, estado pobre, deveria solucionar inicialmente o problema da educação básica para, no futuro, investir no ensino superior. Este mesmo argumento não conseguia – e ainda não consegue – dar conta do quanto a universidade é importante para, por exemplo, formar professores para a educação básica, ou como pode dinamizar, através de profissionais qualificados, todo um mercado de trabalho e a própria economia do estado. O fato é que, mesmo diante de vozes dissonantes, o que se objetivou como ação política foi a estadualização. Quer dizer, criação de uma instituição/autarquia estadual, com orçamento previsto por lei e todas as garantias que a burocracia oferece ao servidor estatutário.

Ainda sobre o processo de estadualização, é notório o quanto a década de 80 foi recessiva, de alta inflação, e de sucessivos e malfadados planos econômicos. Tudo isto combinando mudanças profundas no campo da política, devido ao processo de redemocratização e das articulações para uma nova Assembleia Constituinte. Significa dizer que o ambiente era paradoxal à criação de uma universidade, tendo em vista, por um lado, a realidade econômica do país como condição impositiva adversa, enquanto que, por outro lado, havia toda uma expectativa na consolidação da democracia, o que instigava e favorecia um ambiente de expectativas no campo político, uma vez que as vozes caladas pela ditadura passaram a ter, então, a chance para problematizar criticamente sobre demandas sociais até então silenciadas pelo regime ditatorial.

Sem sombra de dúvidas, a Universidade Estadual da Paraíba é um dos frutos da redemocratização do Brasil. Não foi a ação de um ou outro reitor ou governador, mas do conjunto de relações sociais que se desenharam a partir da luta contra o Golpe, principalmente com as campanhas pela Anistia, “Diretas Já” e, finalmente, com fim do Governo militar. Sua inspiração, como URNe, foi o de democracia e

expectativas em relação a Campina Grande e ao Brasil, principalmente com as Reformas dos governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart nos anos de 1950 e início da década de 1960. Agora, vinte anos depois, redefine-se como UEPB. Novamente, filha e resultado democrático.

Como bem disse José Américo de Almeida, a rede parada é para se dormir, mas, aos embalos, voando, é para se sonhar. Não foi para a inércia que a UEPB foi criada, mas para o embalo e sonhos. A estadualização lhe ofereceu o ambiente institucional e a previsão orçamentária que tanto lhe faltavam. No entanto, neste último ponto, necessário se faz dizer que o dinheiro continuou minguado para sua manutenção. Houve, sem dúvida, substancial avanço, porém, a realidade que lhe pressentiu foi aquela comum às Universidades Públicas Estaduais e Municipais do país, com problemas específicos e não menos gigantescos em relação aos do passado, nem tanto remoto.

O tempo exigia um novo capinar. Agora, dirigido à valorização salarial, investimentos em infraestrutura e reconhecimento do Ministério da Educação (MEC). No Brasil, a fundação de toda universidade requer dois momentos igualmente importantes. O primeiro é a autorização, por parte da Presidência da República, para a fundação e, a segunda, geralmente dez anos depois, do reconhecimento do Ministério da Educação que lhe assegura o título de instituição consolidada, cuja autonomia assume a condição de fato e de direito como parte do sistema acadêmico nacional. Para tanto, existem vários critérios de avaliação, cujo cumprimento de cada um decide, ou não, a deferência do processo.

No caso particular da Universidade Estadual da Paraíba, mesmo após trinta anos de fundação, ainda não tinha havido tal encaminhamento ao MEC. Isto ocorreu pelo elevado grau de deficiência que a UEPB tinha, o que inviabilizava o pedido. No entanto, com a estadualização, várias iniciativas foram feitas nesse intuito, especialmente pela contratação de professores visitantes, investimento em infraestrutura e na pesquisa, a exemplo da Iniciação Científica, além de ampliar a publicação de trabalhos acadêmicos em periódicos reconhecidos, assim como, pelos primeiros projetos e empenhos na pós-graduação *lato e stricto* senso, naquilo que foi classificado como o surgimento de uma universidade emergente. De certo modo, pode-se dizer que as bases para o desenvolvimento acadêmico só foram devidamente estabelecidas após a estadualização.

O empenho para o reconhecimento acadêmico imprimiu uma nova dinâmica, tendo em vista a necessidade de se construir, em termos burocráticos, processos e ações em concordância com as exigências do Ministério da Educação. Assim, se os anos de 1980 foram os de empenho para a estadualização, a década de 1990 esteve basicamente orientada a partir da bandeira do reconhecimento.

Tal conquista ocorreu em 1996, no Governo Fernando Henrique Cardoso. Exatos trinta anos depois de sua fundação, a UEPB passa a ser devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação como Instituição Universitária consolidada de

Ensino Superior. Nestes termos, deve-se destacar a importância do ato, por a mesma ter cumprido os requisitos legais para o pleno funcionamento.

### **Autonomia universitária: coragem para ser grande ou um refazer-se imponente**

O processo de reconhecimento, em larga medida viabilizado pela estadualização, pode ser entendido como o sedimentar das bases acadêmicas no tocante à construção de uma Universidade de fato e de direito. De modo relacional, o contexto mencionado representa para a UEPB o mesmo que o período Vargas foi para a formação do estado moderno brasileiro. Significa, por exemplo, a institucionalização de processos e ao estabelecimento de critérios e objetivos nos campos da gestão, ensino, pesquisa e extensão, cuja nova baliza demarcou investimentos em áreas estratégicas como o ensino a distância, pós-graduação, qualificação docente, iniciação científica, dentre outras, as quais induziram a redefinição do *modus operandi*, segundo aqueles critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação.

É sempre importante deixar claro que citar processos históricos não significa entendê-los como fazendo parte de um contínuo evolutivo com desdobramentos próprios a avanços unilineares, tal como ocorre segundo compreensões positivistas da história. O que se pretende destacar, mais uma vez, refere-se às articulações coletivas produzidas internamente, em se tratando da UEPB, e como as mesmas se relacionaram com influências relativas a contextos históricos por que passavam a Paraíba e o Brasil.

No tocante ao que seguiu a estadualização, constatou-se a definição, no início dos anos 2000, de uma nova pauta de luta, agora focada na autonomia financeira. Isto significou a tentativa de garantir as condições objetivas necessárias para a expansão institucional em todos os seus aspectos, especialmente, naquele que foi sua principal dificuldade: os salários dos servidores.

Da mesma forma que as universidades estaduais paulistas, USP e Unicamp, que têm seus orçamentos atrelados à arrecadação fiscal do estado de São Paulo (ao ICMS paulista), a UEPB pretendia que algo semelhante ocorresse com ela. A proposta, então, consistiu em criar um projeto de lei, a ser aprovado pela Assembleia Legislativa e a posterior sanção do governador do estado, capaz de assegurar um percentual proveniente da receita orçamentária do Estado. Nesta direção, no dia 6 de agosto de 2004, a Lei foi sancionada, como resultado, em termos de reivindicações, de uma década. Assim, com a autonomia, um novo momento histórico se inicia, uma vez que o orçamento estaria, a partir de então, vinculado ao que o estado arrecadasse, não a demandas e orientações diretas da secretaria da educação ou do próprio governador. A autonomia representou um

marco vitorioso para a UEPB, destacando-a como vanguarda, no Nordeste, além de posicioná-la dentre as principais da região em todos os aspectos, como uma universidade pujante, competitiva e promissora.

Significou, por assim dizer, o avanço no terreno do que antes eram potencialidades. As bases construídas no pós-estadualização garantiram que o edifício se verticalizasse. Mais ainda, que fosse possível uma mudança qualitativa em relação à imagem da UEPB com os incrementos na remuneração e um novo Plano de Cargos e Salários. Assim, a instituição passou a ser vista como atrativa, do ponto de vista da remuneração, o que lhe viabilizou, via concursos públicos, a chegada de vários professores com mestrado e doutorado vindos das mais diversas regiões do país. Em outras palavras, a Universidade Estadual da Paraíba assumiu protagonismo no que se refere à produção de um espaço acadêmico fértil, principalmente salarial, com valores que passaram a concorrer com os das Universidades Federais.

Cabe destacar que o momento histórico foi, do mesmo modo que no passado, decisivo para a nova fase que se processava. Trata-se de refletir sobre os primeiros anos do Governo Lula, quando o país iniciou mais um de seus ciclos de desenvolvimento.

Como país emergente, ao lado da China, Índia, Rússia e África do Sul, o Brasil se integrou a um gigantesco grupo no mercado mundial, conhecido como BRICS, que criou grandes expectativas quanto ao dinamismo econômico em escala mundial. No caso particular brasileiro, o país experimentou no período, que vai até 2014, já no governo de Dilma Rousseff, forte crescimento econômico, com expansão do consumo para as classes baixas e o incremento de indicadores sociais com redução de desigualdade entre as classes sociais, com destaque para o Nordeste. Tal dinamismo impactou de forma positiva o Brasil, especialmente no combate à miséria e estabilização da moeda com sensível melhoria da qualidade de vida dos mais pobres.

No plano universitário, o governo federal investiu em Programas como o PROUNI (Programa Universidade para Todos) e REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais). O primeiro, orientado para ampliar o número de acessos ao ensino superior através de bolsas integrais e parciais em instituições privadas de ensino para cursos de graduação; enquanto que o segundo esteve pautado na reestruturação e expansão das universidades federais, visando ao aumento do número de vagas e a interiorização através de novos campi em cidades de pequeno e médio porte no país.

O importante a ser destacado diz respeito ao clima de expansão por que passava o ensino superior no Brasil, tanto a partir de investimentos públicos federais, quanto privados. Foi em tal ambiente de expectativas, quanto ao futuro e de retomada do crescimento econômico, que a UEPB teve sua lei de autonomia criada. Diga-se, assim, que fez parte do ambiente histórico que favoreceu sobremaneira a entrada

de recursos na instituição – neste caso, através do governo do estado. Assim sendo, passou a ter outra imagem a ela associada. Agora, assumiu a posição de Universidade exitosa, oxigenada, com quadros de professores e pesquisadores de destaque, com novos cursos de graduação em campi também novos, com recém-criados programas de pós-graduação devidamente reconhecidos por agências de fomento como CAPES e CNPq, com produção científica estimulada e qualificada em periódicos referenciados por áreas acadêmicas, além de arrojada dinâmica para a formação de professores e ao ensino à distância.

Mais uma vez, o cenário de Campina Grande era promissor. A economia brasileira da época em destaque iniciou nova dinâmica no interior do país, tendo as cidades médias como palco de investimentos públicos e privados, notadamente na área da construção civil e nos serviços. Como bem frisou Tânia Bacelar (2012), “o Brasil pulsa nas médias cidades”. Pode-se dizer que o tipo de desenvolvimento pelo qual o país experimentava tinha em tais contextos urbanos uma nova configuração.

Nas cidades médias do interior do Nordeste, a exemplo de Mossoró, Caruaru, Arapiraca, Petrolina e, claro, Campina Grande, percebeu-se todo um quadro de mudanças econômicas e sociais. Há, de fato, um desenvolvimento regional articulado a partir de centros urbanos médios que passaram a dinamizar suas economias em torno do mercado aquecido pela indução promovida pela política de valorização do salário mínimo, aposentadorias, programas de auxílio à renda e à moradia, os quais funcionaram como uma injeção de glicose na economia desses lugares.

O desenvolvimento regional nordestino, no período, não mais se processava exclusivamente através de centros metropolitanos como Recife, Fortaleza e Salvador, a concentrar em torno de si os investimentos e empregos formais na indústria, tal como ficou marcado com a implantação da SUDENE. O que ocorreu foi a interiorização ou o que pode ser chamado de *desenvolvimento em bases sertanejas*, cujo foco de apoio e disseminação se estabeleceram nas médias cidades, embora o cenário de todo o interior tenha sido bastante impactado. Em resumo, a cidadezinha bucólica e atrelada ao imaginário do atraso e isolamento passou a ser foco dos impactos econômicos e sociais desse novo ciclo de desenvolvimento no país. Portanto, a globalização chega ao interior e traz consigo, como sempre, seus apelos encantados e as contradições ontológicas.

Campina Grande, de modo detido, a partir de suas universidades públicas e das demais instituições privadas de ensino superior que nela se instalaram, destaca-se, nesse cenário, como uma dessas cidades médias e interioranas onde o “Brasil pulsa”. Isto lhe imprime substancial dinamismo pelo fluxo de estudantes que nela busca formação acadêmica. O fervilhar de ônibus estudantis vindos de outros municípios, por exemplo, equivale ao que ocorria no passado, quando o mesmo se dava em torno de sua feira. Sem dúvida, a movimentação estudantil na cidade e nas outras onde a UEPB instalou um campus imprimiu à economia local

significativo impacto positivo. Em outras palavras, a Universidade Estadual da Paraíba mantém aquele espírito arrojado presente em sua fundação que lhe concedeu irrefutável capacidade criativa para se reinventar e crescer.

### **Alguns dados sobre nosso cenário no contexto do ensino superior público: como medir o seu tamanho em relação a outras instituições**

Em termos práticos, analisemos os dados a seguir sobre o tamanho da UEPB em relação a outras IES:

**Tabela 1 Orçamento de IES selecionadas**

<b>IES</b>	<b>Total</b>	<b>Pessoal</b>	<b>% de pessoal</b>
UEPB (2017)	290.640.000,00	254.000.000,00	87,39
UERN (2015)	261.024.000,00	242.011.000,00	92,72
UEBA (2016)	494.224.679,00	367.406.000,00	74,34
UPE (2016)	551.633.816,47	373.401.720,00	67,69
USP (2017)	5.662.988.000,00	4.639.970.000,00	81,94
UNESP (2016)	2.497.952.000,00	2.034.372.643,00	81,44

Fonte: Elaboração própria com base em dados das instituições.

**Tabela 2 Dados estatísticos de IES selecionadas**

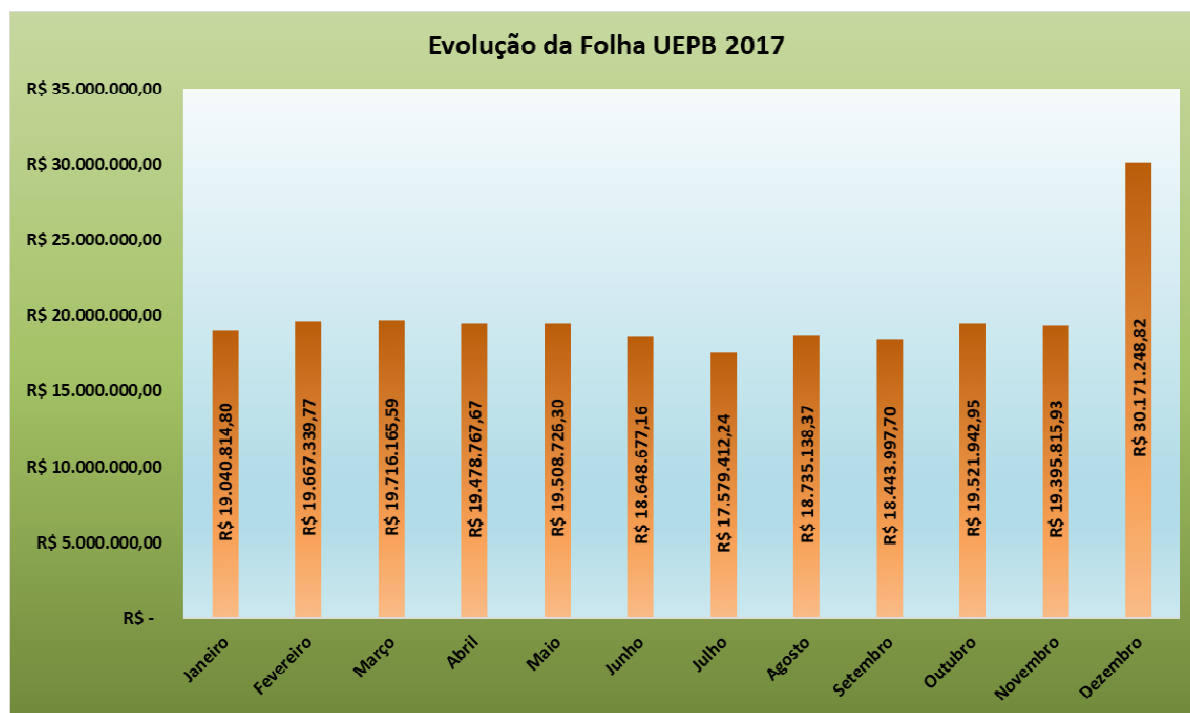
<b>IES</b>	<b>Alunos graduação</b>	<b>Professores</b>	<b>Orçamento (R\$)</b>
UEPB (2016)	17.855	1.379	307.538.094,37
UFCG (2015)	14.409	1.490	658.481.753,00
UFPB (2016)	31.123	2.153	1.239.420.714,35

Fonte: Elaboração própria com base em dados das instituições.

De modo bastante resumido, torna-se possível comparar o orçamento da UEPB com outras instituições brasileiras e visualizar como não estamos destoantes em termos de comprometimento percentual da folha de pagamento. É oportuno destacar que tal obrigação representa 87%, tendo em vista os consecutivos cortes

no orçamento, o que leva ao entendimento de que, para garantir as aulas e não demitir professores e técnicos ou fechar cursos ou campi, grande parte dos recursos vem sendo destinada ao pagamento de salários.

Em relação a dados sobre folha de pessoal da UEPB podemos apresentar as seguintes informações<sup>1</sup>:



<sup>1</sup> Ver portal da Transparência: <http://www.uepb.edu.br>.

**Tabela 3 Investimento por campus em 2016, folha de pessoal e despesas correntes**

Campus	Folha	Corrente
Campina Grande	179.787.593,19	1.732.990,51
Lagoa Seca	7.579.156,45	1.114.553,05
Guarabira	19.197.084,39	1.240.281,21
Catolé do Rocha	10.866.917,31	1.732.990,51
João Pessoa	13.637.309,41	1.262.113,55
Monteiro	7.571.055,03	987.280,81
Patos	8.573.856,57	1.204.852,69
Araruna	9.640.983,45	2.228.515,00

Fonte: Elaboração própria com base em dados das instituições.

É fato que, pelo quantitativo e qualitativo de ações acadêmicas nos oito campi espalhados pela Paraíba, podemos crer que, a partir da universidade, uma série de ações e negócios são possíveis por meio de seus recursos. Sem dúvidas, tais investimentos dinamizam a economia dos municípios onde atua, além de cumprir seu papel mais imediato que é a formação de pessoas.

O desafio contemporâneo passa a ser a vigilância ao que se conquistou e a autonomia financeira pode ser vista como o coroamento desses cinquenta anos de história. Quer dizer, a tarefa de não perder de vista a capacidade de mobilização teimosa, própria daqueles descontentes com o dado.

### **Por um ensaio de expectativas**

Não se trata agora de construir uma conclusão, mas de provocar próximos passos institucionais. Ao se refletir sobre três contextos históricos da UEPB, buscou-se, neste texto, enfatizar quais foram os desdobramentos e as escolhas tomadas, as quais definiram bases e ações em termos de funcionamento. Assim, pela rápida reflexão dos três passos formadores, ficou claro que as conquistas estiveram atreladas a processos coletivos importantes e que a Universidade se tornou uma espécie de avalanche social que, como onda, avançou com força, mesmo que incauta para alguns, ao conduzir e se fortalecer com a soma daqueles que se lhes iam compondo.



Ao passo que os processos se dinamizavam, pode-se constatar a formação de grupos de professores e técnicos para cada contexto, como gerações que sucederam a própria formação da UEPB. Assim, é possível perceber perfis e lutas próprias para cada contexto, com demandas e embates específicos a moldar a própria face da instituição. Assim, para quem está chegando agora, por assim dizer, necessário se faz conhecer o que Celso Furtado chamou de formação econômica. Ou seja, investigar o processo de construção histórica naquilo que se destacou, principalmente, como bandeira de lutas e conflitos motivadores.

Diferente do que se possa imaginar, não é o conflito algo que deve ser evitado no sentido de menosprezar suas argumentações. Ao contrário, perceber o espaço social, no caso, a UEPB, como um universo de relações conflituosas, com interesses em disputa, é o passo primeiro para entender o seu cerzir operacional.

De várias maneiras pode uma história ser contada. Seja na seleção de fatos e eventos sobre os quais narrativas são mobilizadas; seja a partir da reflexão sobre mitos, imaginários e memórias, não tanto factíveis, mas ingredientes de sonhos e fantasias. Em relação a estes últimos, cabe aqui gastar mais tintas ao se falar de como existe em torno da cidade de Campina Grande todo um enredo baseado na exaltação do empreendedorismo e de sua elevada autoestima. Em miúdos, significa dizer que há um ingrediente discursivo peculiar, sempre reivindicado quando o assunto se refere a sua posição política no cenário estadual. Nesta direção, a UEPB faz parte dessa base argumentativa, a qual articula forças e reivindicações que se estendem para além da própria Campina Grande e sua região de alcance, ou ao espaço de desenvolvimento sertanejo anteriormente mencionado. Portanto, UEPB e Campina Grande – com tudo o que ela representa no interior nordestino – se confundem, ou, melhor dizendo, a primeira é uma das entidades que compõem o universo de representações criadas sobre a segunda. Não se trata, assim, de reivindicar recursos e atenção para uma Universidade, mas para um projeto que se espelha na própria imagem coletiva construída em torno de Campina Grande. Talvez seja este o segredo do sucesso: fazer parte de um corpo político que criou um polo comercial e industrial ainda na primeira metade do século XX em torno do algodão e serviços, que, logo em seguida, instalou um campus da Universidade Federal da Paraíba e se tornou sede da Federação das Indústrias do Estado; de, enfim, arregimentar em torno de si uma história de realizações que a gabaritaram de modo destoante daquele estereótipo usualmente relacionado ao nordeste trágico.

O fato é que da fundação à autonomia ficou mais do que evidente o interesse moderno da UEPB ao vislumbrar o futuro como projeto e avanço. Sua importância para o estado da Paraíba parece ser algo inquestionável, no entanto, algumas ponderações são necessárias, principalmente, no tocante à definição de pautas e bandeiras.

Diante do analisado nos contextos históricos em destaque, pode-se afirmar que a capacidade de articulação política foi um diferencial. Para os dias atuais, tudo indica que o mesmo procedimento seja o mais indicado, porém com outras bases argumentativas. A primeira delas diz respeito à capacidade de expandir suas ações pelo estado, não necessariamente com novos campi, mas com projetos os mais diversos, no sentido do que se classifica como de inserção e impactos sociais. Segundo, pela consolidação de seus espaços de pesquisa e ensino, especialmente em três áreas estratégicas: licenciatura/formação de professores, estudos sobre o semiárido e à saúde, com destaque para a saúde pública.

Mais do que uma instituição com “pires na mão”, a UEPB tem todas as condições de se consolidar, em nível nacional, como referência nessas áreas. Não se afirma com isto que tais orientações estratégicas sejam exclusivas, mas que apontam para o que vem se firmando como atividades exitosas, nos últimos anos. Não se trata, nestes termos, de um projeto para construir-se aos moldes da USP, UNICAMP, UNB, UFMG ou outra gigante brasileira. Trata-se de atuar em setores estratégicos e reconhecidos que lhe permitam ocupar lugar destacado na produção acadêmica do país, principalmente, em como possa impactar, socialmente falando, na Paraíba.

Pode-se afirmar pelo exposto que a UEPB, embora fundada como iniciativa municipal nos idos anos de 1960, transmutou-se radicalmente. Sua trajetória migrou para outro lugar bem distinto do que poderia ser atribuída a iniciativa ou gênio individual. Ela se construiu a partir de vários atores sociais, como, por exemplo, os movimentos sindicais, movimentos estudantis e a comunidade paraibana em geral, cujas dinâmicas induziram, ano após ano, um caminhar sucessivo de conquistas.

Nestes termos, não pode ser entendida como projeto de governo, muito menos resultante de um contexto de mercado. Sua fisionomia é outra, com perfil e traços do que deve ser considerada uma Universidade Popular. Quer dizer, um projeto que não se limita a um grupo político ou de mantenedores, mas que, como instituição definida a partir de projetos arrojados para o crescimento e consolidação acadêmica, mediante conflitos os mais diversos, assume outro formato em relação a uma universidade criada pelo Estado, como algo de “cima pra baixo”; não é ela tampouco outra, baseada em demandas de mercado e fins comerciais.

O fortalecimento de uma estrutura popular que, na maioria das vezes, esteve em confronto direto com o poder do governo do estado da Paraíba e reivindicou para si a tarefa de pensar criticamente o próprio estado. Portanto, a Universidade Estadual da Paraíba nasce como uma vontade campinense, como afirmou o governador Burity, mas se desenrola como Universidade Popular do Estado da Paraíba, no sentido de se firmar a partir de forças que não são provenientes do Estado, do mercado ou de qualquer outro grupo.

Essa vontade campinense se regionalizou como popular, não somente para o povo, mas construída sobre bases que são como placas tectônicas a lhes sustentar e exigir cuidados e compromissos.

## Referências

**A autonomia das universidades das universidades públicas e o projeto nacional de desenvolvimento:** a experiência da UEPB.

**A reforma necessária.** Governo do Estado da Paraíba, 1997.

**A Universidade Estadual da Paraíba:** sua história e seu papel no desenvolvimento do Estado. Painéis de Educação e Cultura. Ano 1, nº 4, Dezembro/95.

AGRA, Nadine Gualberto. **Trabalho docente no ensino superior privado em Campina Grande/PB:** controle, resistência e formação de consentimento. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Campina Grande, 2015.

DA SILVA, Itan Pereira. **Edvaldo do Ó:** um tropeiro da Borborema: tópicos da sua caminhada.

DA SILVA, Itan Pereira. \_\_\_\_ **Da universidade:** tópicos da trajetória da universidade brasileira. Campina Grande, 1994.

DO Ó, Edvaldo de Sousa. **História da Universidade Estadual Regional do Nordeste.** Governo do Estado da Paraíba.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico.** 15 ed. São Paulo: Nacional, 1995.

**INFURNe.** Editora: Fundação Universidade Regional do Nordeste. Universidade. Universidade do Nordeste.

MELO, Luis Gonzaga. **Da universidade Regional à Estadual da Paraíba: 1966 – 1991.** Campina grande, 1992.

**UEPB:** uma universidade emergente: retalhos de uma história de 30 anos. Campina Grande, 1966.

Universidade Regional do Nordeste – URNe. **Departamentos: Educação, Letras e Artes, Ciências Jurídicas, Administração Economia e Contabilidade, Filosofia e ciências Sociais.**

**URNe** – Universidade Regional do Nordeste. Campina Grande, PB.

WEBER, Max. **Sobre a universidade:** o poder do Estado e a dignidade da profissão acadêmica. São Paulo: Cortez, 1989.

Endereço para correspondência:

*Luciano Albino* – [lucianoalbino@yahoo.com.br](mailto:lucianoalbino@yahoo.com.br)

Centro de Integração Acadêmica, 3º andar, sala 311

Rua Baraúnas, 351 – Bairro Universitário

58.429-500 Campina Grande/PB, Brasil